



143 12

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº 0184321-6/02

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: Marcelo Neves de Lima

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO POLÍCIA MILITAR. LIMITE MÁXIMO DE IDADE PARA INSCRIÇÃO EM CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS. LEI ORDINÁRIA QUE NÃO FIXA LIMITES MÍNIMO E MÁXIMO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

5724

1 – O agravado tinha a idade exigida no edital no ato de sua inscrição no Concurso Público da Polícia Militar de Pernambuco.

2 – Limite de idade para ingresso na carreira de policial militar do Estado de Pernambuco não está previsto em lei em sentido formal. Tornando-se um ato discricionário da Administração Pública.

3 – Não há previsão legal para limite de idade, no tocante ao caso concreto

4 – Agravado Desprovido.

5 – Decisão Unânime.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso de Agravo nº 0184321-6/02, acima mencionados. Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____/____/2010, à unanimidade de votos, em negar provimento ao mesmo, confirmando a decisão terminativa proferida em todos os seus termos, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 20/05/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



145 17 C

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº 0184321-6/02

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: Marcelo Neves de Lima

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo contra decisão que concedeu liminar, impondo ao Estado de Pernambuco admitir candidato no Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar de Pernambuco.

Em suas razões, aduz o ora agravante, que as normas regentes do processo seletivo foram devidamente observadas, declarando o candidato inapto em virtude do descumprimento ao item 10.1, "a", que prescreve a idade mínima de 18 anos e máxima de 30 anos completos na data de matrícula no Curso de Formação.

Reclama que a citada decisão impôs a admissão de candidato com idade superior ao limite previsto nas normas específicas a matrícula, confrontando as normas acima citadas.

Requer, ao final, o provimento do presente agravo, revogando a decisão, conferindo regular seguimento ao Agravo de Instrumento em apenso.

É o relatório.

Recife, 20/05/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

14 - RA nº 0184321-6/02

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



146 18 C

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº 0184321-6/02

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: Marcelo Neves de Lima

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO DE MÉRITO

O inconformismo do agravante reside contra decisão terminativa que, nos autos do recurso de agravo de instrumento, concede liminar, impondo a admissão do candidato no Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar de Pernambuco, alegando estar ele acima da idade máxima permitida no edital do concurso.

A justificativa para a limitação de idade é referente a natureza da atividade a ser exercida, contudo o candidato, no ato da inscrição, possuía idade inferior ao limite máximo, cabendo, assim, o princípio da razoabilidade para admitir a inscrição do próprio no Curso de Formação.

É o que tem decidido, reiteradamente, este Sodalício Estadual, como se pode observar através dos arestos adiante ementados:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR. IDADE. REQUISITO PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO. PREVISÃO EDITALÍCIA. LEI ORDINÁRIA QUE NÃO FIXA LIMITES MÍNIMO E MÁXIMO. OFENSA AO

14 - RA nº 0184321-6/02

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



14x 19

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. ENTENDIMENTO UNIFORME DA JURISPRUDÊNCIA. REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Versa a lide em apreço acerca de exclusão dos agravados do concurso público para Soldado da PMPE por possuírem idade superior à máxima de 30 (trinta) anos, prevista como condição para matrícula no Curso de Formação. 2. Da literalidade do caput do artigo 5º da Magna Carta, ao instituir o princípio da igualdade, infere-se a vedação das discriminações arbitrárias, que não estejam a serviço de uma finalidade abarcada pelo Ordenamento Jurídico. 3. O inciso XXX do art. 7º da Constituição Federal, expressamente estendido aos servidores públicos ocupantes de cargos públicos, inclusive militares, pelo parágrafo 3º do art. 37 da Magna Carta, veda a adoção de critérios discriminatórios de admissão por motivo de idade, sexo, altura, dentre outros. 4. Na hipótese em apreço, contudo, a discriminação em tela não se encontra direcionada ao atendimento de uma finalidade acolhida pelo Direito, eis que o fato dos agravados terem idade superior à fixada no edital e no Decreto nº 10.932/85 não consiste em impedimento ao bom desempenho das atribuições atinentes ao cargo a que concorre. 5. Se por um lado, a Administração Pública, no exercício do seu poder discricionário pode realizar atos que se ajustem com a conveniência e oportunidade administrativas, por outro viés faz-se mister ressaltarmos que, consoante doutrina e Jurisprudência pátria, todo ato administrativo há de ser razoável e proporcional ao alcance do interesse público, hipótese na qual não se enquadra a fixação de altura mínima para realização das provas do certame em apreço. 6. Acerca do provimento dos cargos públicos, assevera o artigo 37, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 19, que o acesso é extensivo a todos os brasileiros desde que preencham os requisitos estabelecidos em lei. 7. A teor do contexto dos dispositivos citados acima, verifica-se que os requisitos e condições para o preenchimento de cargo público somente podem ser estabelecidos através de lei, no sentido formal, não se enquadrando como tal, portanto, os Decretos do Executivo, nem tampouco o edital que instaurou o certame em apreço. 8. Cumpre notar que, não obstante a Lei nº 6.783/1974, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Pernambuco, a que o agravante faz alusão, fale na necessidade de observância, para matrícula nos estabelecimentos policiais-militares, de condições relativas à idade, dentre outros, ela não faz referência a limites mínimo e máximo, os quais deveriam constar da própria lei, sob pena de não atendimento à lógica que orienta o entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores. 9. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso. **ACÓRDÃO** Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 0173.269-4/01, da Comarca de Recife, em que

14 - RA nº 0184321-6/02

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.

3



148 20 C

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

figuram, como Agravante, o Estado de Pernambuco e, como agravado, Luiz José dos Santos Júnior e outros, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao Agravo Regimental em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado. Recife, 21 de outubro de 2008. Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo. Relator.

O ponto principal a ser analisado é se a exigência inserta no Edital convocatório do Concurso Público em tela encontra-se convergente com a lei regulamentadora de ingresso nos quadros da polícia militar deste Estado.

O entendimento no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça é pacífico que pode lei ordinária, desde que pautada no princípio da razoabilidade, estabelecer limites mínimo e máximo de idade para ingresso em funções, empregos e cargo públicos, devendo a controvérsia ser dirimida a par dos elementos norteados do caso concreto, considerando a natureza do cargo que se pretende prover e o exigido do candidato. Veja-se:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA MILITAR. IDADE. LIMITE MÁXIMO. POSSIBILIDADE. PREVISÃO LEGAL. NATUREZA DO CARGO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. 1. Consoante precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal, pode a lei ordinária, ex vi da interpretação dos art. 7º, XXX, 39, § 2.º, 37, I, da Constituição Federal, desde que pautada no princípio da razoabilidade, estabelecer limites mínimo e máximo de idade para ingresso em funções, empregos e cargos públicos. A controvérsia deve ser dirimida a par dos elementos norteadores do caso concreto, considerando-se a natureza do cargo que se pretende prover e o exigido do candidato, sempre dentro dos limites do razoável. 2. Recurso ordinário desprovido. (RMS 18.710/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ 20/3/2006, p. 309)

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCURSO



149 21 C

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

PÚBLICO. LIMITE DE IDADE. NECESSIDADE DE LEI. FUNDAMENTOS INFRACONSTITUCIONAIS DEFINITIVOS. SÚMULA 283 DO STF. AGRAVO IMPROVIDO. I - Somente por lei se pode sujeitar candidato a limite de idade para habilitação a cargo público. II - Com a negativa de provimento ao recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça tornaram-se definitivos os fundamentos infraconstitucionais que amparam o acórdão recorrido. Incidência da Súmula 283 do STF. III - Agravo regimental improvido. (AI 589906 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 29/04/2008, DJe-092 DIVULG 21-05-2008 PUBLIC 23-05-2008 EMENT VOL-02320-07 PP-01462 LEXSTF v. 30, n. 357, 2008, p. 66-69)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA MILITAR. LIMITE DE IDADE. POSSIBILIDADE. O c. Supremo Tribunal Federal e esta Corte tem se manifestado pela legalidade de disposição editalícia na qual são previstos limites de idade mínimo e máximo para o ingresso nas carreiras militares, em razão da atividade peculiar por eles exercida, desde que tal limitação, também esteja prevista em legislação específica. Precedentes. Recurso desprovido. (RMS 18.925/SC, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 1º/7/2005, p. 569).

No caso em tela, houve discrepância entre a norma regulamentadora do Concurso Público e o edital convocatório no que diz respeito ao momento de se aferir a idade máxima do candidato, enquanto aquela institui a idade máxima de 30 anos na data da inscrição, este, por sua vez, exigiu a faixa etária na data da matrícula no Curso de Formação de Soldados.

Mediante o exposto, voto pelo improvimento do presente recurso de Agravo, mantendo a decisão interlocutória fustigada.

É como voto.

Recife, 20/05/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator